

Conjuntura 2003

outubro

Nova Sociedade Comunicação

América Latina pós
Consenso de Washington

Compondo uma
nova Cultura

Conjuntura 2002

Outubro

Nova Sociedade



Comunicação

www.novasociedade.com.br

- Pesquisa histórica e sistematização
- Planejamento Estratégico Participativo
- Elaboração de Projetos para captação de recursos

Produção editorial e gráfica:

Nova Sociedade Comunicação Ltda

Rua Fábria, 27

05051-030 - São Paulo - SP

Responsável:

Paulo Cannabrava Filho

canna@novasociedade.com.br

MTb 7654

Impressão e fotolito:

Aos leitores,

Esta publicação, iniciativa da Nova Sociedade Comunicação, tem o objetivo de oferecer subsídios para uma reflexão sobre a atualidade brasileira e o acontecer mundial, com textos de Paulo Cannabrava Filho, com a colaboração da estagiária de história, Paula de Sousa e Castro Noya Pinto. É uma contribuição para um debate que julgamos mais que necessário num momento em que a sociedade é chamada a forjar um Pacto Social, unico caminho para a retomada do desenvolvimento e o resgate da dívida social. Os dados utilizados foram retirados de jornais, notadamente os diários Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e de sitios oficiais do governo federal.



Paulo Cannabrava Filho, jornalista desde 1957, com experiência profissional bastante diversificada, trabalhou em importantes meios de comunicação no Brasil e em países da América Latina. Desde 1980 se dedica a elaborar projetos de comunicação social e a realizar pesquisa e sistematização na área de história. É sócio fundador e presidente do conselho diretor da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais – Apijor.

América Latina pós Consenso de Washington

Intelectuais e estadistas dos Estados Unidos estão sempre formulando teorias para justificar os caminhos e descaminhos na evolução do capitalismo e do processo de desenvolvimento daquele país, de tal forma que o modelo lá adotado sirva de paradigma para o mundo.

A política imperial dos Estados Unidos já estava bem definida no século XIX quando incorporou, pela força das armas ou do dinheiro, mais de dois terços de território americano as suas fronteiras. Com relação a nós, latino-americanos, em 1826, no primeiro congresso anfitrião das Américas, Bolívar advertia as jovens nações recém libertas do colonialismo ibérico sobre o perigo da expansão manifesta da grande nação do norte. A doutrina Monroe, então formulada, pretendendo selar nosso destino, deixava clara a intenção dos Estados Unidos de estender, se não suas fronteiras, sua hegemonia até a Patagônia. De então para hoje, a história das relações dos Estados Unidos com os demais estados americanos é uma sucessão de agressões de todo tipo.

O Consenso

Essa história ajuda a entender os dias de hoje. No final da década de 1980, formulações elaboradas por um grupo de intelectuais foram sistematizadas por John Williamson, do Institute for

Bolívar, em 1826,
já advertia sobre
o perigo do
expansionismo dos
Estados Unidos para a
América Latina .

International Economics, a serviço de instituições financeiras e do governo dos Estados Unidos. Essas formulações, que ficaram conhecidas como Consenso de Washington, deram origem ao modismo da subordinação do Estado ao Mercado. Quando em novembro de 1989 o governo dos Estados Unidos se reuniu com organismos financeiros privados e multilaterais, como o FMI, entre outros, para debater as propostas de Williamson, o nosso economista, depois Ministro, Pedro Malan, estava lá. Esse tal Williamson já deu aulas no Brasil, na PUC do Rio, de 1978 a 1981.

O consenso, lá em Washington, na formulação de Williamson, era o de que os recursos das instituições financeiras destinadas aos países em desenvolvimento estavam sendo desperdiçados. Sem resolver suas crises, muitos países, para desespero das instituições, estavam se tornando inadimplentes. Para evitar o agravamento desses problemas, tornou-se necessário que os destinatários

desses recursos se sujeitassem a algumas regras.

Essas regras são conhecidas por todos, mas, não é demais lembrá-las;

- 1 Disciplina fiscal
- 2 Redução dos gastos
- 3 Reforma tributária
- 4 Juros de mercado
- 5 Câmbio de mercado
- 6 Abertura comercial
- 7 Investimento estrangeiro direto, com eliminação das restrições
- 8 Privatização das estatais
- 9 Desregulação – afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas
- 10 Direito de propriedade

Como se vê, os dez mandamentos de Washington definem com clareza a política econômica que nos vem sendo imposta com extrema falta de criatividade, nos doze anos de mandato e que o nosso presidente operário não consegue dela se livrar. Pior que isso, aquelas reformas que Fernando Henrique não executou por não ter conseguido apoio suficiente no Congresso, são hoje as prioridades do governo do PT.

Antecedentes

A liberalização desenfreada em nosso meio não começou com o consenso ou dissenso de Washington. Na realidade, foi uma reação ao ciclo de desenvolvimentismo nacionalista que tivemos no continente nos anos 1950 – 60 – 70, que foi possível graças a

Nossa democracia se dá só no campo político

revolução tardia que no Brasil, na Argentina e no México se deu nos anos 1930 e nos demais países um pouco mais tarde.

A primeira vítima dessa nova onda foi o Chile, com a liberalização promovida por Pinochet que assumiu o poder em 1973. A Argentina foi a seguinte, a partir de 1977. A partir daí funcionou a teoria do dominó. Em dezembro de 1994, vendo derrubadas todas as fichas, os Estados Unidos propõem, em Miami, a criação da Alca.

Um pouco do que aconteceu na nossa América nos anos 1960/70 eu conto no livro *No Olho do Furacão*, que a Cortez Editora acaba de lançar no Brasil e a Plaza e Valdez lança ainda este mês no México. Ali dou testemunho de alguns de nossos sonhos e frustrações, relato revoluções vitoriosas e fracassadas e dou as receitas dos golpes de estado cujos objetivos tem sido sempre o restabelecimento do poder de velhas oligarquias e a reciclagem da submissão aos ditames de Washington.

Na realidade, propostas desse tipo já tivemos anteriormente. Elas foram sempre propiciadas pelos Estados Unidos e não passam de corolários à Doutrina Monroe, formulada em 1826. Não só devemos rechaçar a proposta estadunidense sobre a Alca, como devemos retomar a luta para reformulação de todo o Sistema Interamericano, particularmente na esfera militar,

A hegemonia do processo econômico continua nas mãos do capital financeiro

onde o Tiar, o maior dos corolários, é uma excrescência ainda em vigor.

É interessante observar que em nossos países a luta pela democratização se deu apenas no campo político. Quando se pensou que se havia restabelecido a democracia, elegeram-se os Fernandos Color e Cardoso (12 anos), um Menen (10 anos), um Fujimori (10 anos).

A hegemonia do processo econômico estava nas mãos dos donos do capital financeiro. As esquerdas dizimadas nos processos contra-revolucionários de um lado e, de outro, a deterioração do ensino e a imposição da cultura de massa, deixaram-nos sem alternativas.

Não tivemos desenvolvimento, sufocamos a democracia, sucateamos a infra-estrutura industrial e aumentamos a fosso entre a riqueza e a pobreza. Hoje 140 milhões de pessoas, um terço da população da América Latina, (quase um Brasil inteiro) estão abaixo do nível de pobreza, vivendo com renda inferior a 2 dólares diários; 80 milhões na extrema miséria, ou seja, com renda individual inferior a um dólar diário. 60% dos pobres do continente vivem

em áreas rurais, mas o que produzem participa de apenas 8% do PIB. É bom anotar que esses dados foram fornecidos pelos autores do dissenso.

O dissenso

O próprio John Willianson, em 1996, publicou artigo em que pedia a revisão do tal consenso. No ano seguinte um tal de Joseph Stiglitz, com a autoridade de economista chefe do Banco Mundial e ex-assessor da presidência dos Estados Unidos, sistematizou as críticas. Analisando o pós-consenso ele criticava a submissão incondicional ao mercado e os processos de privatização que criaram novos monopólios. O artigo tem mais de 30 laudas, mas o conteúdo resumido pelo próprio autor dá bem idéia de seus objetivos. Trata-se, como sempre, de propor caminhos para a sobrevivência do sistema, sobrevivência com lucros sempre maiores.

Mais recentemente, dois institutos de pesquisa dos Estados Unidos – o Fundo Carnegie para Paz Mundial e Diálogo Interamericano, em trabalho sistematizado por Nancy Bindsoll, vice-presidente executiva do Bid, qualifica os resultados do consenso como desalentadores. Foi ela quem consagrou o termo dissenso ao constatar que não havia sido alcançado um só dos objetivos sociais e não se havia endireitado as economias. Enquanto na década de 1980 – a década perdida – o crescimento na América Latina foi de

Nossa democracia ocorre apenas no campo político

2%, na década de 1990 foi de 3%, com aumento do desemprego.

Apesar do consenso, a dívida continuou sendo um grande negócio para os capitalistas e suas instituições. Segundo o Banco Mundial, em 2002 o reembolso da dívida dos países da América Latina e do Caribe foi superior aos novos empréstimos. Pagaram US\$ 9 bilhões a mais do que receberam.

Outro dado interessante revelado pelo Banco Mundial é que a principal fonte de recurso externos desses países tem sido a remessa feita por trabalhadores emigrados, que enviam para seus familiares parte de seus salários. A América Latina e o Caribe receberam US\$ 25 bilhões em 2002. México, República Dominicana, El Salvador, Colômbia, Brasil e Equador estão entre os 20 países que recebem maior volume dessas remessas.

Historicamente o Brasil sempre foi um país que recebia imigrantes. É raro o brasileiro emigrar. Tivemos algumas diásporas provocadas por perseguições políticas. Hoje as temos por razões econômicas. Alguns milhões de brasileiros procuraram outros países como opção de emprego.

A Argentina é emblemática para demonstrar os resultados do tal consenso. Possuía indústria de alta tecnologia e exportava alimentos para todo o mundo. Buenos Aires era a capital cultural da América Latina. Na voragem privatizante não sobrou nada nacional.

Pela primeira vez
na história
o brasileiro está
emigrando
em busca de
alternativas de
sobrevivência

Privatizaram tudo e o Estado ficou com os passivos. Resultado: US\$ 200 bilhões de dívida externa e outro tanto de fuga de capitais; o famoso corralito expropriou US\$ 68 bilhões; US\$ 28 bilhões foi o que Duhalde teve que pagar pela eliminação da convertibilidade do dólar.

Como voltar a ser o que era? Voltar não no sentido saudosista, mas no de retomar os índices de produção tanto na agricultura como na indústria, oferecer um mínimo de bem-estar à população. Lá não havia analfabetos nem mendigos que hoje são maioria.

O Equador também é emblemático. Tem petróleo, é o maior exportador de bananas, produz e exporta café, camarões, atum. Jamil Mauhad manteve as políticas de seus antecessores. Não deu resultado. Deixou de pagar, não deu resultado. Dolarizou. Isso agravou a resistência que já havia na população. Esperava-se um golpe de Estado que não houve. As forças armadas conservaram em seu comando oficiais fieis a Rodrigues Lara. Disputaram as eleições,

ganharam. O presidente Lucio Gutiérrez, que conheci ainda capitão do exército, decretou o quéchua como idioma oficial junto com o espanhol e colocou uma índia no Ministério de Relações Exteriores, dando um afago na auto-estima desse aguerrido povo. A situação é difícil. O desemprego superior a 20%; 2 mil empresas fecharam as portas; inflação em alta; só em 1999, US\$ 1,5 bilhões deixaram o país. Um país de 12 milhões de habitantes, 25% indígenas os demais mestiços. Como desdolarizar? Como retomar o desenvolvimento?

Mais emblemático ainda é o caso da Bolívia. A casta dirigente fiel ao Império continua ignorando o que é o povo boliviano e sua história. Quantas vezes esse povo escorraçou o governo? A única certeza sobre o futuro imediato é que haverá outras insurreições enquanto não houver um governo que realmente represente os interesses da nação boliviana.

Monterrey

No limiar do novo século, em março de 2002, com o objetivo de consertar o estrago ocorrido nas duas décadas anteriores, foi convocada pela ONU a Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento, em Monterrey. FHC, Fox e Bush foram as estrelas. Estrelas não. Satélites. Os que tinham luz própria eram as grandes instituições que foram criadas para serem multilaterais e acabaram servindo a interesses hegemônicos: FMI, Bird, OMC, a própria ONU, a Otan.

O consenso entre nós gerou o "non sense"

Desde que a ONU começou a funcionar se vem procurando um equilíbrio nos termos de intercâmbio. Tivemos muitos avanços. A descolonização da África; a criação da Unctad e da Onudi; a realização da Conferência sobre Matérias Primas; a criação do Comitê da ONU de análise das transnacionais. Depois, a partir de um certo momento, só tivemos retrocesso, agravado pela família Bush. A ONU e o Conselho de Segurança criados para assegurar a paz e promover o desenvolvimento estão hoje manietados. Estamos assistindo, impotentes, até mesmo ações armadas de colonialismo explícito.

Não obstante, a ONU viu a necessidade de promover algo diante do reconhecimento de que o Consenso de Washington fracassara. Fracasso reconhecido inclusive pelo Fórum de Davos, no início deste ano. Fórum que pela primeira vez ouviu, na voz de Lula, um pensamento dissidente.

A Declaração de Monterey fala da necessidade de abrir os mercados para os produtos dos países em desenvolvimento e de aumentar o volume da ajuda. Ajuda que na última década havia sido reduzida em 20%.

Na realidade, o dissenso expressado pelo sistema quer consertar o consenso. Em um e outro caso, são os teóricos que fundamentam a doutrina do governo estadunidense que estão com a palavra. São intelectuais, professores,

Para sair do abismo só com uma Revolução Cultural profunda.

geralmente a serviço de instituições, que estão pensando e planejando estrategicamente o país deles e olhando o mundo em função desses interesses.

Eles não sabem ver o mundo de outra maneira. E muitos de nossos intelectuais dançam ao som da mesma valsa. Não são capazes de olhar o próprio umbigo. A doutrina imperial conseguiu colocar cabresto em nossas universidades. O sonho dos profissionais de sucesso é o pós em Harvard, é um emprego numa instituição financeira. O Brasil não conta, o país não passa pela cabeça dessa gente. O consenso e o dissenso geraram entre nós o non sense.

Situação propícia

Assistimos, na transição do século, o fim do keynesianismo, ou seja, do desenvolvimentismo com base no pacto entre o estado, o capital e o trabalho, que possibilitou a construção da social-democracia, o sonho do estado do bem-estar social, o way of life hollywoodiano. Poucas vezes, na história dos Estados Unidos, verificou-se tão elevado índice de exclusão social. A Europa não descobriu ainda como reduzir os mais altos índices de desemprego do pós guerra.

A situação está propícia para a busca de alternativas, para a construção de novos modelos. Em todo o mundo se estão buscando essas alternativas. O Fórum Social Mundial é uma expressão dessa busca. Essa preocupação se verifica também nos organismos das Nações Unidas.

Pesquisa realizada pela *Market Analysis Brasil*, revelou que sete em cada dez brasileiros opinam que os futuros líderes do Brasil devem dar menos apoio para as políticas do governo estadunidense.

Para onde toda essa situação nos conduz? Numa análise em *Conjuntura 2002*, lançada no momento da posse do presidente Lula, alertamos sobre a necessidade de manter mobilizada a população e formar uma ampla frente política e cidadã em torno de um projeto nacional. Alertamos ainda que, de ser honesta a determinação de Lula de propiciar mudanças na política econômica e privilegiar o desenvolvimento e a inclusão social, as elites deslocadas do poder, com apoio das forças ocultas de sempre, já estariam conspirando.

O que o Brasil realmente precisa para sair do enorme abismo em que o jogaram é de uma profunda Revolução Cultural que torne possível o reencontro do Estado com a Nação. Uma Revolução Cultural que defina o Brasil que queremos para os nossos netos e com que modelo econômico vamos construir esse Brasil.

Tecendo uma nova cultura

Revolução Cultural

A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, realizada pela Unesco no México em 1982, consagrou como conceito de cultura o conjunto das características distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e as letras os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

No conceito consagrado pela Unesco, cultura é praticamente tudo o que resulta de esforço criativo das pessoas como indivíduos ou como parte de uma comunidade. Então, quando há traços comuns até entre diferentes grupos sociais, estamos falando de cultura nacional.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU aprovou outra que declara a Diversidade Cultural como Patrimônio da Humanidade.

“Tudo é gerar e logo parir”, dizia Rilke aconselhando os jovens poetas. Não obstante, a criatividade não brota do nada – é preciso algo que a alimente. Esse algo se chama liberdade de existir. Cultura, portanto, é libertação. Assim, a cultura é verdadeira se reflete a realidade e ajuda a transformá-la.

Pertenço a uma geração que – na expressão do professor Toledo Machado - entende que a cultura, em suas diferentes manifestações, “deve contribuir para a construção da auto-identidade brasileira”. *Identidade pressupõe cultura nacional socializada, “a articulação entre a cultura geral e a realidade social profunda”.*

E o que é existir senão o poder realizar-se em todo o

potencial de ser humano? É existir o estar excluído da compreensão da criação humana? É existir o estar excluído do convívio social, não ter acesso às letras, à moradia, a atenção à saúde, à aposentadoria digna?

O professor Boaventura de Souza Santos, tem asseverado que “*a política dos Direitos Humanos é, basicamente, uma política cultural. Tanto assim é que poderemos mesmo pensar os direitos humanos como sinal de regresso do cultural, e até mesmo do religioso em finais do século*”.

A busca de definição de um projeto nacional, a construção da democracia e do desenvolvimento econômico e social não pode estar divorciada da reflexão sobre nossa identidade cultural. Pois é íntima a inter-relação entre identidade, cultura, ideologia e política, língua e linguagem, modo de produção, modelo econômico.

Se estamos de acordo com isso não podemos, ou não devemos pensar em política cultural descasada de uma estratégia de desenvolvimento. Isso porque a libertação nacional só será alcançada através da realização de uma estratégia de desenvolvimento

integral que tenha como objetivo último dar condições para o pleno desenvolvimento da pessoa humana em todo seu potencial realizador. Trata-se, portanto, de desenvolvimento cultural.

Essa inter-relação nos remete à importância do pensamento e das letras na formação da nossa identidade ao longo da história, particularmente e mais recentemente, o papel dos meios de comunicação de massa.

Diversos agentes culturais têm sido chamados a discutir o como o Estado deve atuar na promoção cultural. O atual ministro da Cultura, Gilberto Gil, tem afirmado que “*não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos*”.

Como esses temas estão na agenda do Fórum Mundial de Cultura a realizar-se em São Paulo em 2004, trazemos como contribuição ao debate algumas reflexões:

Recursos públicos

Na medida em que se desenvolve o processo de construção da democracia,

Recursos públicos somente às políticas públicas

crece na sociedade o entendimento de que os recursos públicos devem ser dirigidos à políticas públicas.

Quando os recursos advêm de renúncia fiscal de empresa privada, entende-se que deve haver contrapartida. Não obstante, é preciso que além da contrapartida financeira seja exigida uma contrapartida ética. A FGV já criou um índice nacional para medir a ética das empresas. A exigência de uma avaliação positiva deve ser critério para que se aceite a renúncia fiscal.

Nessa linha, as empresas poderiam investir em projetos de promoção cultural em benefício de seus colaboradores e das comunidades em seu entorno. Estimular as empresas a oferecer cursos de alfabetização, capacitação técnica, seminários de atualização cultural e dispor de espaços para biblioteca e expressões artísticas. Muitas dessas ações podem envolver a população local. Uma indústria cerâmica, por exemplo, pode capacitar a comunidade a produzir uma linha artesanal que agregará valor a seus produtos.

Há muitas maneiras de se propiciar desenvolvimento cultural através de ações circunscritas a universos locais. Dessa maneira, há maior controle, e se propicia integração regional, nacional e até latino-americana.

Mercado editorial

A política do livro não pode ser a de escolher um livro para ser distribuído às escolas sem nenhum critério de respeito às

culturas regionais. Tampouco pode ser só a do financiamento de obras de luxo.

Recentemente, o Fórum Regional de Políticas Culturais, realizado em Rio Claro, recomendou a disseminação de bibliotecas em escolas e centros de promoção cultural por toda parte. Porém, a sugestão só é válida se amparada em políticas que gerem recursos para a produção, difusão e distribuição de livros às bibliotecas. Isso demandaria grandes tiragens que além de reduzir o custo da produção editorial, propiciariam remuneração digna aos autores, incentivando a produção intelectual.

Assim, parte dos recursos da União destinados à cultura, sejam eles orçamentários ou obtidos através das leis de incentivo, poderia ser destinada não só à construção e habilitação das bibliotecas e centros de promoção cultural, mas também à compra, difusão e distribuição de livros

Até hoje os recursos se aplicam no ápice da pirâmide. Se o que queremos é construir a democracia e o desenvolvimento, devem ser aplicados na base.

A chamada abertura econômica está permitindo a entrada de grandes monopólios na área editorial. Exemplo da Fnac que adquiriu a Ática/Scipione, uma das mais importantes na área de livro didático. Outro grande grupo europeu, a espanhola Planeta, está entrando com grande investimento em marketing no

mercado latino-americano, particularmente no Brasil e México. O grupo italiano Mondadori, de Silvio Berlusconi, está comprando grandes editoras nacionais na Espanha e no México.

Seguindo a lógica do mercado, o que interessa para essas editoras são obras e autores que vendem, geralmente ficção e auto-ajuda, reduzindo o já parco espaço para as obras de reflexão sobre a realidade no campo da história, da sociologia, da filosofia.

A política cultural deve estar voltada a proteger não o mercado dos mercadores de livros mas a produção editorial, privilegiando o autor nacional, protegendo os direitos autorais. Temos poucas bibliotecas e temos poucas editoras que se preocupam com as obras de reflexão. As poucas bibliotecas que existem não possuem recursos para adquirir obras para seus acervos. Precisamos reivindicar que o governo federal, através de seus organismos, como Ministérios da Educação e Cultura e Biblioteca Nacional tenham recursos para suprimento de bibliotecas públicas.

Mídia global

A sedução da "Vênus Platinada" é o padrão que domina a TV. O que vale é a emoção. A velocidade e a quantidade de informações estão acima de nossa capacidade de acompanhar. Além disso, temos a pasteurização da informação misturando o bom com o ruim, a guerra com o esporte, o crime

O critério de mídia técnica não é democrático

e o voyeurismo. Tudo num mesmo tom, como se tivessem a mesma importância, fora do contexto em que os fatos foram produzidos, sem os antecedentes, sem dar tempo para uma reflexão. A equação dada pela estetização do consumo, a ahistoricidade e o consumismo está dando como resultado o hedonismo, a alienação.

O mesmo fenômeno se multiplica com as publicações periódicas informativas. O poder econômico e o governo pautam a mídia e a mídia pauta a própria mídia. A crítica, quando há, é no sentido oportunista de proteger privilégios ameaçados, garantir espaços conquistados.

A lógica do mercado é o povo transformado em mero consumidor, um dado estatístico para balizar o lucro, quando o que o país requer é que seja criador e produtor.

A indústria cinematográfica é investimento que dá lucro. Nos Estados Unidos, a indústria, comércio e serviços relacionados com o áudio-visual constituem o segundo PIB do país. Os recursos públicos poderão ajudar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao áudio-visual estimulando o desenvolvimento do mercado para esses produtos. Dotar as escolas, os centros de promoção cultural de salas de espetáculo, construir cinemas relacionados com clubes de cinemateca nos bairros; criar cotas para projeção do nacional, subsidiar ingressos, tudo isso geraria demanda capaz de garantir retorno ao investimento

na produção áudio-visual. Os recursos assim dirigidos às bases da sociedade gerariam inclusão, ao contrário de hoje que, dirigido ao produtor, acentua a concentração.

As programações de mídia do governo da União, bem como dos governos estaduais e municipais não devem fundamentar-se unicamente nos critérios de mídia técnica. Esse critério perpetuará o modelo concentrador e monopolizador das grandes empresas. Entendemos que parte dos recursos deve ser democratizada através de sua distribuição aos meios de comunicação comunitários, municipais e regionais, particularmente aqueles envolvidos na luta por uma cultura nacional e pelo desenvolvimento.

A maior parte das programações das rádios e televisões, inclusive das grandes redes, é de péssima qualidade. As televisões e rádios comunitárias carecem de profissionalismo por falta de recursos e de regulamentação sobre suas atividades.

O governo tem se ocupado de concessões sem nenhum cuidado com as questões de conteúdo dos meios. Abominamos a censura, mas, não podemos dispensar a ética. Deve haver um controle comunitário sobre a ética das empresas de comunicação e, o estabelecimento dessas regras deve ser atribuição do Ministério da Cultura. A questão da identidade nacional passa pela ética na comunicação!

A democracia participativa é inviável sem a democratização da informação e comunicação. A política cultural deve orientar projetos com o objetivo de lutar pela democratização da comunicação. Forçar o governo federal, particularmente o presidente da República e seus auxiliares da área: a Agência Nacional, a Assessoria de Imprensa, o Ministério da Comunicação – para que as verbas publicitárias e de apoio à comunicação sejam distribuídas com critérios democráticos, abandonando a praxe de privilegiar a grande mídia monopolizada. Um governo que pretende ser popular deve abandonar o critério de mídia técnica e, democraticamente, incluir as publicações alternativas, hoje ameaçadas de extinção. Assim também devemos mobilizar a sociedade para proteger a boa televisão, como a TV Cultura de São Paulo, abandonada pelo governo do Estado, hoje ameaçada de extinção, como extinta foi a TV Cultura e Arte.

Revolução nas escolas

A alienação dos meios de comunicação de um lado e de outro à má qualidade da escola em todos os níveis. O sistema educativo ainda privilegia a conformidade e a obediência. O pensamento independente geralmente é segregado, é afastado. Como consequência, estão saindo das escolas pessoas incapazes de olhar criticamente a realidade, um povo que não se indigna, que

Há muito o que fazer após duas décadas de estagnação

não distingue os erros e acertos de seus governantes.

É aterrador constatar que mais de 50% dos brasileiros que saíram das escolas estão classificados como analfabetos funcionais.

Temos que refletir se não é uma questão cultural o fato de os estados latino-americanos, desde o início da década de 1980, terem suas políticas econômicas ditadas por intelectuais a serviço de instituições financeiras sediadas em outros países, geralmente os Estados Unidos.

Em termos culturais, adverte Boaventura, *globalização é sempre a globalização bem sucedida de um determinado localismo*. Na realidade, a doutrina do império conseguiu colocar cabresto em nossas universidades. É o que explica a perplexidade diante da incapacidade de se formular alternativas às políticas ditadas pelo Consenso de Washington ou pelo FMI, alternativas que coloquem o país na rota do desenvolvimento.

Fim de um ciclo

Lembrando Samir Amin, não foi só o modelo soviético que caiu com o Muro de Berlim. Assistimos, simultaneamente, o fim também do modelo do "welfare state" e o desenvolvimento nacionalista no terceiro mundo. Traduzindo em cifras a reflexão de Amim, Marta Harnecker diz que 95% da atividade econômica atual é meramente financeira.

É profunda a crise em que

está mergulhada a América Latina após mais de duas décadas de estagnação, de desmontagem e desnacionalização. Não obstante, a situação está propícia para a busca de alternativas, para a construção de novos modelos. Em todo o mundo se está buscando essas alternativas. Em vários organismos das Nações Unidas se trabalha nessa busca. O Fórum Social Mundial é uma expressão dessa busca como o é também o Fórum Cultural Mundial convocado para discutir e tecer uma nova cultura.

Aqui se coloca outra questão, que é a de descortinar o caminho para a cultura. Nos termos em que está colocada, o caminho da cultura é a educação. Desde Capanema até Anísio, Darcy, Houaiss, Freire, nenhum de nossos pensadores apontou outro caminho para o desenvolvimento cultural que o da educação. Todos eles sonharam com nenhuma criança fora da escola.

Mas nossos pensadores também ensinaram que a escola não serve se não for orientada por uma estratégia cultural que defina, entre outras coisas, que país queremos construir. Mais importante que os bancos escolares é que todas as organizações da sociedade, e cada indivíduo, estejam contribuindo diuturnamente no aprendizado das questões essenciais para o desenvolvimento humano.

Revolução cultural

Tecer uma nova cultura é o mesmo que construir um novo Brasil. O caminho para chegar lá é o de uma profunda Revolução Cultural. Uma Revolução Cultural que torne possível o reencontro do Estado com a Nação, que defina o Brasil que queremos para nossos filhos e netos e com que modelo econômico vamos construir esse Brasil.

A Revolução Cultural deve ter como objetivo o reinventar o ser humano, o indivíduo como espírito, ou seja, como ser pensante. Ou como diria Gramsci, *"Devolver à humanidade o papel de formadores da história, tirando-a do pedestal de espectadores"*.

Através dos conselhos comunitários as pessoas estão tomando conhecimento sobre a gestão do estado, estão praticando a democracia, estão desenvolvendo cidadania. Para tornar realidade o sonho de um novo Brasil, cada Conselho deve transformar-se em fórum de discussão sobre a questão nacional. Cristalizar na base da sociedade a consciência de que para ter cidadania é preciso ter pátria.

Assim, também a ação dos agentes ou promotores culturais estará contribuindo para consolidar a mesmice se não estiver orientada a desenvolver o espírito crítico e transformador, se não estiver orientada por um pensamento estratégico, por uma política de desenvolvimento que resgate o Brasil para os brasileiros.

Cultura das Cidades

Agenda cultural nas cidades – o local e o global – políticas públicas municipais - Arte e identidade cultural - Paz e reencantamento - Processos e espaços de participação - Preservação do patrimônio

Cultura nas cidades

No mundo acadêmico já se vê desentendimento entre o que é cultura urbana, cultura erudita, cultura popular, folclore, o que tem contribuído para a descaracterização do próprio conceito de cultura e para reforçar a desconstrução da identidade nacional.

Felizmente vem se impondo o conceito consagrado pela Unesco de que *Cultura é o conjunto das características distintivas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela engloba, além das artes e as letras os modos de vida, os direitos fundamentais ao ser humano, os sistemas de valores, as tradições e crenças.*

No plano da entelúquia, tudo bem com esse conceito. Na prática, porém, a teoria é outra.

Nas décadas de 1960/70, chegou-se à compreensão de que cultura urbana é a cultura da mídia de massa. As discussões foram tão intensas, a constatação causou tal impacto que levou as Nações Unidas a criar uma comissão para estudar o assunto, tendo como relator Sean Mac Bride. De lá para cá, a situação relatada, revelando o monopólio e a manipulação psico-social exercida através dos meios de comunicação, piorou. Impôs-se a cultura da banalização. Troca-se o mérito pela fama, a ética pelo levar vantagem.

No Brasil, com certeza, piorou ainda mais que em qualquer outro lugar, pois é evidente a fragilidade de nossa identidade cultural, a nossa submissão aos desígnios da grande potência hegemônica.

É impressionante como se dá essa dominação sob qualquer prisma que se observe. Na área do áudio-visual, por exemplo, em que pese tanto talento e técnica de que dispomos, em nada conseguimos alterar o fato de que 90 por cento dos filmes projetados nos cinemas brasileiros têm

origem em Hollywood. E que isso custa ao Tesouro Nacional nada menos que 700 milhões de dólares anuais. Quantos filmes se poderiam fazer aqui com esse dinheiro? Quantos engenheiros poderiam ser formados?

Nossas universidades, desvinculadas da sociedade e do processo histórico, não têm sido capazes de pensar com os pés em solo brasileiro. Estão sendo formados técnicos deixando de lado a formação de cidadãos. A doutrina imperial conseguiu de tal maneira condicionar o pensamento que o sonho de sucesso dos profissionais é o pós em Harvard, é um emprego numa instituição financeira. O Brasil não conta. O que conta é a renda.

Até para combater a miséria, o que se cria é renda. Há um atraso de mais de 20 anos na infraestrutura e na produção industrial. O arroz-feijão está deixando de ser a dieta básica do brasileiro simplesmente porque a renda do trabalhador não alcança para comprá-lo. Importa-se feijão do México e dos Estados Unidos e, por outro lado, somos os maiores exportadores do mundo de soja, açúcar, álcool, de carne bovina e frango, de sucos cítricos e, ainda assim, temos mais de 50 milhões de pessoas que passam fome. Pode-se imaginar um absurdo maior que esse?

Claro que a ditadura militar ajudou a massificação da alienação ao massacrar as lideranças nacionais e submeter a mídia e todas as formas de manifestação da criatividade humana. Mas o estrago maior, sem dúvida, vem sendo perpetrado a partir da adoção de um modelo econômico e político que nos tem sido imposto como forma de dominação.

Foi Goebles, o gerente de comunicação de Hitler, quem muito antes de Mc Luan, Mattelart ou Mac Bride, expressou a constatação de que, mais poderosa que qualquer força militar é a força da comunicação. Com ela submetem-se

O maior feito da política externa dos EUA foi a conquista do Brasil sem dar um só tiro

populações, Nações e Estados sem confronto, sem sangue. E essa tarefa fica mais fácil quando há elites tradicionalmente submissas. Elites, ou mais precisamente, castas dominantes, que se consolidaram como tal através da ocupação predatória do território e da política do leva vantagem.

Ouvi ou li de um diplomata estadunidense, na Europa, que o maior feito da política externa dos Estados Unidos, acima mesmo das vitórias em todas as guerras, foi a conquista do Brasil sem dar um só tiro.

É preciso se insurgir contra isso. Felizmente vozes favoráveis a uma política de soberania nacional já podem ser ouvidas. Já se consegue até exercer uma política externa independente, guiada por interesses nacionais. Mas é pouco. No Congresso Nacional se está reestruturando a

Frente Parlamentar Nacionalista e se começa a discutir a necessidade de um projeto nacional. Contudo, Isso ocorre sem qualquer repercussão e desarticulado dos partidos políticos e dos movimentos sociais. É preciso se insurgir contra isso.

É preciso livrar-se da ditadura do capital volátil. O país pode crescer a uma taxa razoável com investimentos da ordem de 12% do PIB. Nos melhores tempos, nossa poupança permitia investimentos em torno de 20% do PIB, o que representava altas taxas de desenvolvimento e oferta de emprego. Hoje, 12% do PIB é o que o país paga de juros. Em suma, com o nosso sacrifício estamos financiando o modo de vida da grande potência e suas guerras de conquistas. É preciso se insurgir contra isso.

Já pagamos US\$ 400 bilhões e ainda devemos US\$ 220 bilhões

Na década de 1991 a 2000, o Brasil pagou mais de 120 bilhões de dólares a título de juros, uma média anual superior a 10 bilhões de dólares, ou R\$ 26.000.000.000, ao câmbio de outubro de 2003. Outros 64 bilhões de dólares saíram do país a título de remessa de lucros e dividendos e outros serviços, totalizando quase 200 bilhões de dólares.

Há que tomar em conta ainda que nesse total não estão considerados os pagamentos do principal da dívida. Entre 1990 e 2001 foram pagos, a título de amortização, outros 260 bilhões de dólares, uma média anual superior a 21 bilhões de dólares. Somados ao que se pagou de juros ultrapassa is 400 bilhões de dólares.

Em resumo, traduzindo em números aquilo que Leonel Brizola chama de *perdas internacionais*, a título de juros e amortizações

da dívida externa estamos despendendo mais de 30 bilhões de dólares por ano.

O que ganhamos com isso? Gastamos em dez anos 400 bilhões de dólares e, em dezembro de 2002, o total da dívida externa era 227.7 bilhões de dólares, segundo o boletim de outubro do Banco Central.

R\$ 7 bilhões é o que o Ministério dos Transportes necessita para tapar os buracos das estradas federais, o que não é realizado sob a alegação da falta de recursos. Mas, só em juros o país terá desembolsado este ano, segundo o Banco Central, nada menos que R\$ 153,9 bilhões equivalentes a 10% do PIB.

Ainda segundo o Banco Central, o total da dívida pública interna, em setembro de 2003, estava em torno de R\$ 707.7 bilhões, 45,9% do PIB, hoje em torno de 1.4 Trilhões de reais.

O fortalecimento da identidade tem que ver com a preservação do patrimônio

É preciso um Projeto Nacional. É preciso que o país desenvolva sua própria estratégia de desenvolvimento integrado e auto-sustentado. Para chegar aí é preciso mobilizar toda a nação. É preciso uma verdadeira revolução cultural para que se resgate o verdadeiro pensar brasileiro.

Somos bons em diagnósticos, mas somos verdadeiros patifes na formulação de alternativas, principalmente na execução de políticas alternativas. A situação está propícia para a busca de alternativas e para construção de novos modelos de desenvolvimento. Em todo o mundo se está buscando essas alternativas. Nós vamos poder constatar isso em julho de 2004, quando se realiza, em São Paulo, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o

Desenvolvimento - a Unctad -, e o Fórum Cultural Mundial.

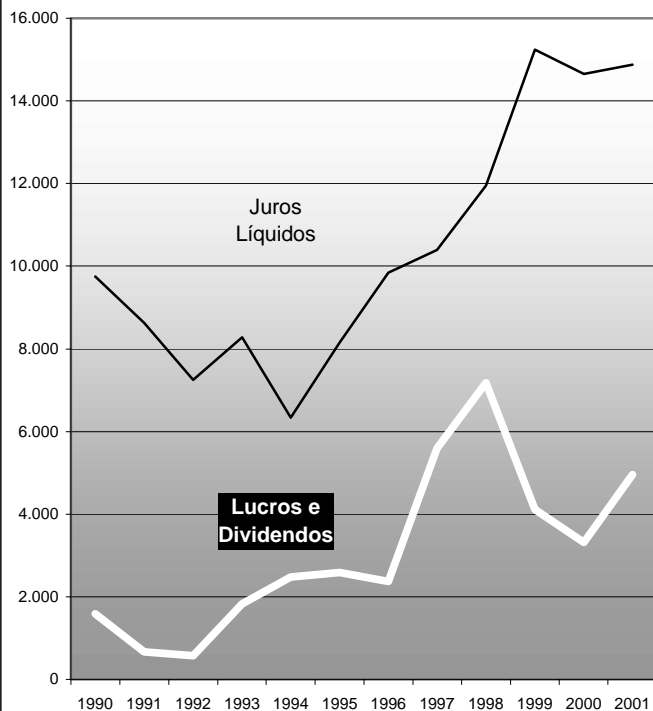
Estamos perdendo tempo precioso em um momento em que há condições subjetivas e objetivas para tomar outros caminhos na construção do desenvolvimento. E o desenvolvimento deve dar-se como consequência do desenvolvimento cultural. De não ser assim, perderemos a identidade e haverá decadência, degeneração social.

Patrimônio e Identidade.

O fortalecimento da identidade tem que ver com a preservação do patrimônio. Contudo, há que ter clareza de que patrimônio não é monumento, não é viver o passado. O patrimônio é argamassa com a qual se constrói a identidade.

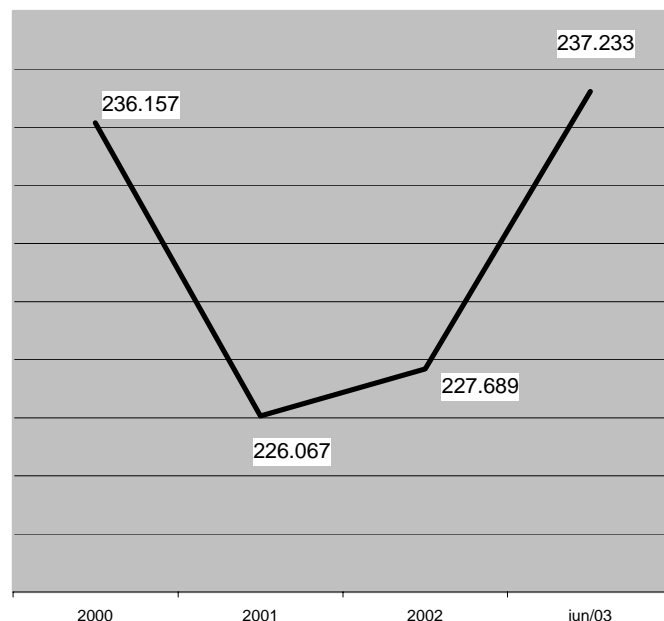
Juros, Rendas e Total da Dívida Externa

Serviços e Rendas (US\$ mi)



Fonte: Banco Central do Brasil

Dívida externa total, mais empréstimos intercompanhias (US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Nós somos nossa diversidade

Patrimônio é vivo, é vida, língua, música... Patrimônio é físico, é histórico, é ideológico; é geográfico e ambiental, é território e paisagem; é artístico, tecnológico; patrimônio é, enfim, cultural.

O povo terá encontrado sua identidade cultural quando se sentir dono desse patrimônio, quando se sentir partícipe de sua preservação por entender que dela depende a qualidade de vida de seus descendentes, para não dizer a sobrevivência da vida em um país independente, capaz de proporcionar a todos os seus habitantes a plena realização como ser humano. Então sim, estaremos próximo do reencantamento sugerido pelo poeta, Hamilton Faria.

Diante dessa questão, ao se propor políticas culturais para cenários locais ou municipais, não se pode perder de vista que a cultura é o cenário. É preciso ter presente que a cultura é o motor para o desenvolvimento, e que o motor da cultura é a criatividade do povo em movimento. E o papel do Estado é o de colocar combustível nesse motor, ou seja, propiciar os recursos para o povo expandir sua criatividade.

Preservar a cultura local não significa isolar-se, mesmo porque não temos como nos livrar de nossa multiculturalidade. Como diz nosso amigo João Pimentel Neto, nem nossos coqueiros, nem nossos negros são originais. Nós somos essa nossa diversidade: branca-negra-india, pampa-caatinga, floresta-cerrado, concreto e areia-mar.

Eduardo Galeano, entendeu bem isso quando escreveu que *Somos lo que hacemos para cambiar lo que somos. Creo en una identidad en movimiento, en una identidad viva. Creo mucho más en las identidades elegidas que en las identidades heredadas. Lo mejor que el mundo tiene es la cantidad de mundos que contiene. Para recuperar la universalidad de la condición humana, que es lo mejor que tenemos, hay que celebrar al mismo tiempo la diversidad de esa condición.*

Nessa diversidade podemos ser nós mesmos. Na Bolívia e no Peru, onde trabalhei em projetos culturais, me qualificavam de *latinoamericano ensamblado en Brasil*. Não foi preciso perder minha identidade de brasileiro nascido embaixo

Proposições

I - Conselhos Comunitários de Ética e Cidadania

A serem constituídos no âmbito de distritos, municípios, estado até a União com duplo objetivo:

1. O de garantir o manejo ético da administração pública e a convivência ética entre as pessoas;
2. O de exigir o manejo ético dos meios de comunicação e trabalhar pela democratização da comunicação.

Sua missão: estudar, fazer estudar, difundir e propor programas que levem à realização dos objetivos.

II - Conselhos Comunitários de Cultura

Com objetivo de fazer cumprir a Agenda

para o desenvolvimento cultural. Sua missão: estudar, fazer estudar, difundir e propor programas que levem ao desenvolvimento cultural.

Os Conselhos de Cultura e os Conselhos de Ética e Cidadania deverão constituir e fazer funcionar um fórum permanente de discussão das questões nacionais tais como soberania, identidade cultural, projeto nacional, etc.

III - Núcleo Empresarial de Promoção Cultural

A ser instituído no interior das empresas com a finalidade de elaborar e executar projetos de promoção cultural com os colaboradores e em interação com a comunidade de seu entorno.

É preciso desprivatizar o Estado para que volte a ser público

de um pé de café às margens do rio das Onças para me sentir boliviano, ou peruano, ou argentino. Afinal, temos todos um passado e um destino comuns.

Os Estados, apesar da origem comum, às vezes se comportam de maneira diversa e até mesmo antagônica. Mas nós somos diferentes do Estado porque somos capazes de ver com os mesmos olhos o negro e o branco, o homem e a mulher. E o antagonismo entre o Estado e a Nação tem sido a rotina em nosso continente, porque o Estado foi montado como instrumento de dominação de uma elite predadora. É o estado que precisa ser desapropriado, melhor dizendo, desprivatizado, voltar a ser público, instrumento a serviço da nação.

Discutir propostas de políticas culturais, debater identidade nacional, pensar um projeto nacional, uma estratégia de desenvolvimento, tudo isso pode resultar em nada se não se pensar, se não se discutir, se não se formular propostas concretas que nos levem à democratização da comunicação.

Estas são questões que devem ser colhidas como bandeira dos fóruns de participação popular. Bandeiras para uma mobilização social em grande escala. Esse povo, com suas mobilizações, conquistou espaço democrático. Agora é preciso dar conteúdo a esse espaço.

Cultura de paz

A palavra paz, assim como a luta pela paz e pela bandeira nacionalista, tem sido historicamente satanizada, não só pela mídia, mas até nos meios acadêmicos.

O individualismo exacerbado pela globalização liberalizante é a negação de uma política de paz, assim como a imposição de hegemonias.

Falar em cultura de paz nos remete a uma reflexão sobre democracia, pois, esta é o alicerce principal para a construção da paz. Como vamos definir paz sem definir democracia? Eis aqui o grande desafio. Como vamos conquistar a paz sem construir a democracia? Qual é a democracia

que queremos? Existe uma democracia igual a outra?

Para muitos, particularmente na nossa mídia e nas nossas escolas, o paradigma de democracia é aquela dos Estados Unidos. É essa a democracia que queremos? A democracia do macartismo, do sindicalismo reprimido, do big stick, da ku klux klan, da fraude eleitoral? Será que Martin Luther King achava que vivia numa democracia ideal? O que nos diriam dessa democracia os mártires de Chicago, as tecelãs carbonizadas de Nova York, os chicanos, os chilenos ou guatemaltecos, os cubanos? Será que alguém com cara de árabe se sentirá numa democracia ao viajar hoje para aquele país? Pois é essa a democracia que se vem utilizando como paradigma aqui, pois aqui como lá estão matando nossas lideranças.

Lemos nos jornais que os Estados Unidos elegeram seu atual presidente através de fraude. Fraude na contagem de votos ou fraude psicossocial? Em qualquer dos casos, uma farsa moral, tal como essa que foi o espetáculo da eleição do exterminador do futuro para governar a Califórnia.

Temos com que nos preocupar! Se não houver um alerta naquela sociedade de que o espetáculo é outro, ainda presenciaremos novos e horríveis holocaustos em nome da democracia e da defesa da paz. E parece que é esse tipo de fraude eleitoral, o espetáculo da eleição no lugar da escolha racional do candidato, que também vem sendo aperfeiçoada no nosso meio.

Então parece óbvio que devemos perder o medo de construir nosso próprio modelo de democracia. Não estamos sozinhos nisso. No mundo todo se está buscando esses novos caminhos. O desafio é traçar a linha de ação que nos leve à concretização de nossos objetivos e sonhos. Pois, como asseverou o mestre Paulo Freire “*não se pode conceber a existência humana fora do sonho e da utopia*”.

Ética e cidadania

Quando descemos das árvores e perdemos o rabo, evoluímos de apenas gregário para o ser social. Quem sabe esse 0,05 de diferença na cadeia do DNA que nos separa da minhoca está na capacidade genética que temos de acumular conhecimentos, de usar esse conhecimento para melhorar nossa condição de vida, a capacidade de modificar o nosso entorno. Essa constatação constitui o maior avanço ocorrido na ciência genética. Ao decifrar o código genético, os cientistas comprovaram que homens, mulheres, pretos, brancos, amarelos ou índios, somos todos absolutamente iguais.

É longo o caminho percorrido pela humanidade na construção do processo civilizatório que desembocou no que somos hoje. A primeira vista pareceria que evoluímos muito, que estamos muito distantes daqueles que iniciaram essa marcha. Não obstante, nas questões essenciais, o arquétipo humano continua o mesmo.

Uma dessas questões essenciais e permanentes nessa longa marcha empreendida pela humanidade é o conflito. Conflito na estruturação do poder na família. Conflito na estruturação do poder na comunidade. Se prestarmos atenção, veremos que o confronto entre nômades e sedentários no passado não é diferente do conflito entre potências hegemônicas e países periféricos. Então, fica evidente o verdadeiro busilis que é a contradição entre opressão e libertação.

Observando as contradições derivadas dessa realidade em que o ser humano, como ente social, busca as formas da convivência, a filosofia entendeu que isso é política. Quer dizer que sendo o ser humano um ente social ele é também um ente político. A política estrutura a sociedade, organiza as formas de convivência não só no interior de uma comunidade como também com o mundo exterior. Organiza inclusive a cultura e também as formas de dominação.

Quando a humanidade se organizou para viver socialmente, além da necessidade de superar conflitos teve que resolver a necessidade de alimentar muita gente. Descobrimos então que sem a terra não há produção e que sem o trabalho não há produtividade. A sobrevivência da espécie está ligada à organização da produção do alimento que é o mesmo que dizer da organização da vida. A humanidade adquiriu mais sabedoria e experiência a partir da atividade agrícola – a cultura agri.

Cultura é semear, cuidar e colher, armazenar, distribuir. Isso é tão importante que o filósofo chamou de cultura todo o conhecimento adquirido. Daí que não se pode pretender reduzir a cultura a meras apresentações da criatividade artística. Modo de produção também é cultura, é arte.

A acumulação do conhecimento ocorrida em uma agrupação humana e sua organização num espaço geográfico comum gerou a Nação. O mesmo idioma, modos de produção comum, um jeito próprio de encarar a vida, a identificação na criatividade objetiva e subjetiva nas artes, tudo isso constitui a personalidade de um povo. É o que se entende por identidade cultural de uma Nação.

A Nação se organiza e impõe regras para a convivência social. Ela se organiza para a defesa de ataques externos para a proteção de suas fronteiras. Organiza-se também para preservar sua identidade cultural. Essa organização é o Estado.

O Estado é o ente político social. É a nação organizada para a defesa e para as relações internacionais.

Ainda segundo os filósofos, o que dá o conteúdo à organização social é a ética. Assim como a estética está relacionada com a construção do belo, com a busca da perfeição na arte, a ética está relacionada à busca da perfeição na convivência social. O mundo ético é o mundo bom.

A ética é indispensável para o desenvolvimento social. Há quem diga que ética é bem estar social. Giannetti, por exemplo, diz que sem ética a própria sobrevivência fica comprometida.

Com esse entendimento, hoje se estuda a ética do desenvolvimento. Entram aí as questões tão em voga como a ética da ecologia, da reprodução, da genética, do transplante, dos transgênicos.

Tanto nos meios de comunicação tradicionais como no mundo virtual – e há que incluir aqui todo tipo de utilização que se dê à Internet – a exigência da ética é crucial. E é preciso pensar se, além disso, não deve existir um certo controle.

Quando se fala em ética na convivência social está-se definindo o conceito de cidadania. Aliás, entendo que ética e cidadania são expressões de um mesmo conteúdo.

O cidadão é o indivíduo como parte do Estado. A convivência e a interação entre os diversos indivíduos impõem limites à liberdade. Então, o cidadão ético é aquele que conhece os seus direitos e os direitos dos outros, direitos que são regulados pelo Estado.

Uma pergunta persegue intelectuais e artistas: Qual é o papel do artista cidadão, do intelectual cidadão? Como ser um artista ético? Um intelectual ético? O compromisso maior do intelectual cidadão, do artista cidadão é para com a sociedade. A sociedade de sua nação, de seu país.

A sociedade consumista, do consumo estetizado, a sociedade da ditadura do capital volátil, do liberalismo transformado em libertinagem, privilegia sobretudo o indivíduo. Pior que isso. Mais valor tem aquele que leva vantagem. Ora, o indivíduo não pode ser contraponto ao social porque o indivíduo é naturalmente um ser social!

A contracultura da pós-modernidade é contra a cultura da modernidade. Enquanto aquela vê o fim da história, esta trata de resgatar a história para forjar o futuro. A banalização dos valores culturais nacionais, a cultura de massa e a conseqüente alienação, a desesperança diante da ausência de futuro, a ridicularização de nossos líderes, tudo isso forma a contracultura da globalização que nada mais é senão a velha cultura da dominação.

Vale lembrar Roberto Damatta que diz que está na hora de pensar criticamente a liberdade. É para concordar. A liberdade desprovida da ética cidadã leva à barbárie em que se está transformando o mundo. A modernidade exige a construção da igualdade. Toda ação cultural deveria estar dirigida à construção da solidariedade, ao desenvolvimento da igualdade. Só assim chegaremos ao cidadão ético, capaz de viver em harmonia com a natureza e de construir a paz. De não ser assim, estamos fritos, literalmente. De onde se conclui que é necessário planejar o futuro de modo consistente, e criativamente.

Petrodólares e o capitalismo volátil

Na primeira guerra do petróleo, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, os países árabes infligiram espetacular derrota às grandes potências. Além de barrar a ofensiva de Israel na guerra do Golfo, nacionalizaram os poços de petróleo e passaram a vender o barril a preço justo. De menos de um dólar em três anos o petróleo chegou a US\$ 14,00 o barril.

Praticamente todos os países membros da Opaep estavam envolvidos nisso. Da Líbia revolucionária de Kadafi à monarquia retrógrada da Arábia Saudita.

As potências ocidentais tremeram. As balanças comerciais registraram déficits abissais. Os europeus sofreram de frio no inverno por falta de combustível para calefação. As montadoras estadunidenses encolheram as carrocerias e os motores dos automóveis.

O Terceiro Mundo exultou. Infligiu-se derrota a Israel e seus apoiadores sem dar um tiro. Viu-se, na prática, que aquilo que vinham discutindo como uma possibilidade nos foros internacionais, podia concretizar-se. Quando, no início dos anos 1970, os Estados Unidos e a Grã Bretanha, os maiores prejudicados pelas nacionalizações, ameaçaram invadir os países árabes produtores de

Os petrodólares em busca de rendimento inundaram os bancos

petróleo, a resposta saudita veio rápida. Se invadirem, explodiremos os poços. As potências imperiais recuaram.

Vale a pena fazer uma reflexão sobre o que há de diferente entre esse episódio e o que ocorre nos dias de hoje no Oriente Médio. Nunca é o mesmo rio que passa por baixo da ponte.

Os países da Opaep passaram alguns anos ditando o preço do barril de petróleo e locupletando suas burras com dólares. Amealharam muitos bilhões. O que fizeram com tanto dinheiro além de colocar limusines Mercedes Benz nas frotas de táxis? Alguns desses governantes ainda hoje gastam fortunas maiores que o PIB de muitos países em uma noite numa mesa de roleta ou bacará em Mônaco ou Las Vegas. Mas, por maior que seja o esforço de um paiseco como os Emirados, ou monarquias como a saudita, o que se consegue gastar é pouco diante da avalanche de dólares.

Países com governos nacionalistas como o Iraque, Argélia, Líbia, Iêmen, e de certa forma também o Irã, escolheram outros caminhos que não os dos cassinos. O Iraque, por exemplo, investiu em armamento e em desenvolvimento. O Brasil, na época, cooperou e ganhou dinheiro construindo estradas de ferro e de rodagem na Mesopotâmia.

Com os excedentes de dólares os árabes começaram a comprar ativos fora de seus países. Compraram edifícios em Nova York, Chicago, Miami, ações de corporações transnacionais e aplicaram nas bolsas no mundo inteiro.

Os petrodólares, em busca de rendimento, inundaram os bancos. Como consequência, os bancos corriam atrás de onde aplicar esse dinheiro. Encontraram. Como a oferta de dólar era farta, baixaram os juros e alongaram os prazos.

Países do Terceiro Mundo, como o Brasil, acharam que poderiam financiar o desenvolvimento com recursos externos e, aproveitando a oferta, triplicaram, quadruplicaram suas dívidas. Essa euforia, no entanto, não duraria muito.

Paralelamente a esses fatos, ocorria no mundo uma grande revolução científica e tecnológica, dando origem a

A família Bush é sócia da família Bin Laden na exploração de petróleo e outras maracutaias

uma nova era do desenvolvimento, com base na convergência tecnológica – a informática, a comutação de dados em alta velocidade, telefonia, televisão, rádio, os satélites de comunicação, todos fundidos numa poderosa multimídia de alcance mundial.

A abundância de petrodólares e a facilidade nas comunicações fizeram a alegria dos especuladores financeiros do mundo inteiro. Como consequência, aplicando seus dólares nos EUA, Europa e Japão, os árabes se tornaram sócios dos magnatas e das corporações das potências ocidentais.

Arábia Saudita, os emires e sultões da Ásia Menor são hoje sócios dos capitalistas ocidentais, particularmente dos Estados Unidos. A família Bush, por exemplo, explora petróleo no oeste estadunidense em sociedade com o dinheiro da família Bin Laden.

Todo esse dinheiro girando sem qualquer controle nos Bancos serviu também para armar um grande bordel mundial, ficando difícil distinguir onde terminavam os interesses das potências ocidentais e começavam os dos traficantes e toda sorte de bandidagem.

Ficaram de certa forma por fora dessa maracutaia o Iraque, a Líbia, a Argélia e o Irã. Esses países mantiveram o controle estatal sobre os recursos

No Iraque o petróleo
é mais barato
porque, desde os
tempos bíblicos, está
à flor da terra

petrolíferos e se vincularam mais com a Europa que com os Estados Unidos.

Ocorre também que, apesar do contubérnio britânico-saudita-estadunidense, sócios da Aramco, a maior petroleira do mundo, os Estados Unidos foram perdendo a confiança na monarquia saudita.

O fato de a Arábia Saudita abrigar a Meca em seu território, vincula os sauditas ao mundo islâmico de forma perigosa para o Ocidente. Perigosa porque parece haver, entre muitos intelectuais a serviço do sistema, a certeza de que o islamismo ainda tem condições de continuar se expandindo e dentro dele, ampliando espaço, o fundamentalismo.

Os bancos e a convergência tecnológica favoreceram o desenvolvimento de uma nova categoria de capitalistas – os especuladores. Essa nova dinâmica deu origem a um capitalismo volátil, que privilegia a especulação e a renda em

detrimento da produção e do bem estar social.

Ninguém escapou dos efeitos da onda especuladora. A mídia informou fartamente sobre a crise asiática, a crise mexicana, a crise russa, a crise Argentina, o efeito Orloff e que tais. Pouco se tem falado, no entanto, da crise nos Estados Unidos.

Processos industriais defasados, economia sem chance de retomar o ritmo de desenvolvimento necessário para manter o padrão de consumo. Bush, na semana anterior ao 11 de setembro, diante da resistência dos congressistas em aprovar seu projeto de guerra nas estrelas, deixou bem claro que não restaria outra alternativa para a recessão senão a guerra. Não tardou outra semana para declarar guerra ao Afeganistão.

De todos os países do Oriente do Mediterrâneo e da Ásia Central, o Iraque é o que extrai petróleo a mais baixo custo. É impressionante e até a Bíblia menciona o fato do petróleo verter à flor da terra na Mesopotâmia. Saddam Hussein, além de manter o controle estatal sobre os poços, a partir de 2000 deixou de cotizar o óleo pelo dólar passando a utilizar o Euro. E também a União Européia estava privilegiando a compra do óleo iraquiano. Sem dúvida um golpe na geopolítica estadunidense.

O ocaso do Império

O saque aos recursos naturais e ao mercado dos países periféricos tem sido a saída para os Impérios nos momentos de crise. Isso não é novidade desde os impérios anteriores a Roma.

Os estoques de minerais estratégicos nos Estados Unidos estão praticamente esgotados, particularmente os combustíveis fósseis. Está ficando cada dia mais difícil manter o modo de vida da população estadunidense com a enorme dependência externa, o dólar cada vez mais desvalorizado e os povos dos demais países do mundo tomando consciência sobre o dever de ser independentes.

São visíveis nos Estados Unidos as conseqüências dessa conjuntura. Concentração cada vez maior do capital, com a recíproca de crescimento da pobreza e da exclusão. Déficit cada vez maior na balança de pagamentos e dólar cada vez valendo menos. Deterioração social com 30 milhões de drogados e quase 3 milhões de presos.

A fragmentação da antiga União das Repúblicas Soviéticas não podia ter ocorrido em melhor momento para os Estados Unidos. Ao abrir um flanco numa das mais ricas zonas petrolíferas, abriu também a oportunidade para o novo império ocupar espaços que antes nem podia pensar em ocupar. O Afeganistão e o Paquistão são estratégicos por estarem nas rotas de escoamento do petróleo e gás. Assim também a Síria, a Jordânia, Palestina e Israel.

Não é fácil manter esse controle num mundo conturbado e politizado no Oriente Médio e na Ásia Central. É preciso se impor pela força. Isso leva à necessidade de se abrir o maior número de frentes possíveis. Redobra portanto a importância estratégica do petróleo da Venezuela, do gás da Bolívia, e, notem bem, do gás e petróleo da plataforma continental brasileira.

E, de fato, os Estados Unidos estão nessa contingência de se desmembrarem em múltiplas

frentes para assegurar o abastecimento de matérias primas, garantir mercados para seus produtos e impor sua hegemonia. Isso não é tarefa fácil mesmo para um grande império. Assim, não estão delirando os intelectuais europeus que prevêem a possibilidade de sua implosão.

Não é isso o que tem acontecido ao longo da história? Não é o que aconteceu com a URSS? É um discurso no mínimo diversionista, senão salvacionista, pretender que a URSS foi derrubada por ter sido derrotada na guerra fria. O que aconteceu foi precisamente a implosão de um império que perdeu as condições de se manter em múltiplas frentes. Exatamente o que está acontecendo com os Estados Unidos nos dias de hoje. Em quantas frentes e por quanto tempo agüentarão?

Mas tampouco se pode descartar a guerra fria como um fator subjetivo que influenciou de alguma maneira a queda da URSS, pois a mídia conseguiu estigmatizar o socialismo soviético e criar uma onda de opinião pública desfavorável, minando possíveis bases de apoio. Digamos que foi um empurrão no império prestes a implodir.

Hoje há também um fator subjetivo presente que é o antiimperialismo, tendo como alvo a política imperial dos Estados Unidos. E considerando que o cenário no mundo de hoje é dominado pela convergência tecnológica nas comunicações, é de se esperar o incremento do conflito entre o anti e pró império.

Muita gente tem medo de que a derrocada do império estadunidense arraste consigo toda a economia mundial, com graves conseqüências sociais. Esse é outro mito que é necessário desfazer. Decorre, entre outras coisas, do fato de todo mundo querer vender para o que consideram o maior mercado consumidor do mundo.

Hegemonia já não faz sentido no mundo civilizado

Está certo: é um tremendo mercado, mas o seu fim está longe de representar o fim do mundo. Já ocupou maior espaço. Hoje é um mercado em processo de encolhimento numa economia que precisa de guerra para sustentar-se. Em relação com o Brasil, por exemplo, os Estados Unidos já foram os maiores compradores das exportações brasileiras. Mas, isso foi há bastante tempo.

Hoje, as exportações para os Estados Unidos estão em torno de 25% do total, um índice acima da média das últimas décadas. Mesmo nos governos de Collor e Cardoso essa porcentagem esteve abaixo de 20%. Nos últimos anos houve retração das exportações para América Latina, particularmente para a Argentina, devido à crise, o que explica o desequilíbrio. As exportações para a Europa e Ásia mantêm-se equilibradas e podem crescer. Vale lembrar ainda, como exemplo, que a carne bovina brasileira, que entrou recentemente na pauta das exportações, é exportada para mais de 100 países.

A queda do império soviético não levou o mundo à falência. Aqueles 350 milhões de habitantes já recuperaram o terreno perdido e agora começam a crescer. Imagine-se o tamanho

que terá o mercado da Comunidade Européia após a integração da Rússia. O que será o mercado da China em dez anos mais mantendo aquele país o ritmo de desenvolvimento atual? Só a China cresce por ano um Brasil inteiro. O que será o mercado interno da América Latina se nos tornamos independentes?

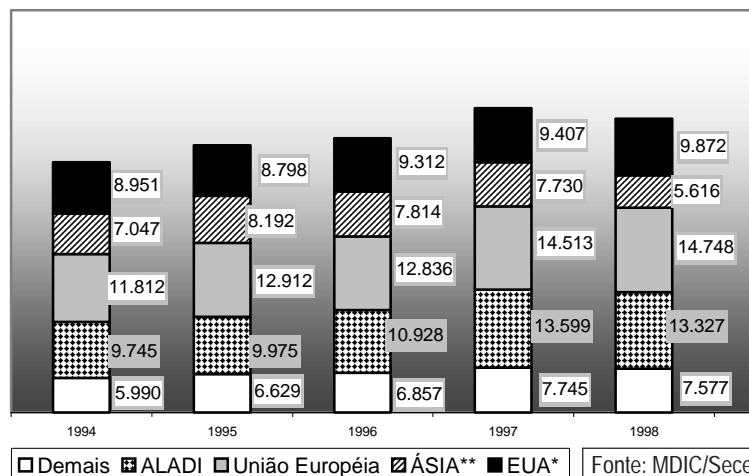
Se o mercado dos Estados Unidos desaparecesse – se isso fosse possível – realmente não seria o fim do mundo. Os Estados Unidos não precisam desaparecer como mercado. Precisam desaparecer como potência hegemônica, pois, isso já não faz mais sentido para o mundo civilizado.

Na América Latina somos 450 milhões que, se encontrarmos o caminho para o desenvolvimento num contexto de integração bolivariana, não precisaremos dos Estados Unidos. Eles sim, como também a Europa, é que continuarão precisando de nossas matérias primas, de nossos alimentos produzidos com melhor qualidade e preço.

A Europa que viveu os pesadelos das décadas de 30 e 40 do século XX, não tem como deixar de fazer comparações com o que está ocorrendo

Exportações brasileiras por blocos econômicos (em milhões de dólares)

Exportações Brasileiras por Blocos Econô



Quem realmente governa os Estados Unidos?

na atualidade. Tal como no passado, o império de hoje se crê onipotente e atua com a mesma arrogância e prepotência em relação ao resto do mundo.

No passado, a Hitler não faltou apoio entusiástico de um Franco, um Mussolini, da mesma forma que a Bush não tem faltado apoio de um Berlusconi, um Asnar, um Blair, um Sharon. Não se pode esquecer que em todo o mundo de ontem houve entusiasmo com as façanhas de Hitler, como hoje há ainda certo entusiasmo com as de Bush. Afinal, um país em guerra compra, seus aliados vendem.

Quem governa os Estados Unidos? A constituição ou o capital monopolista? Existe

liberdade de imprensa naquele país ou submissão ao capital monopolista? O governo serve às grandes corporações ou as grandes corporações se servem do governo? Isso é democracia ou é liberdade democrática para bendizer o *way of life*?

Como dizia Georg Lukács no início dos anos 1960 sobre a ditadura do capital monopolista: o que Hitler conseguiu com a força bruta, a classe dominante estadunidense conseguiu através de uma fachada democrática,

Esses paralelismos históricos são importantes ainda que não determinantes. Ajudam a entender o momento atual e reforçam a idéia de que outro mundo não só é possível como é imperativo.

Uma fábrica para o mundo

O presidente Hugo Chavez, da Venezuela, disse durante uma viagem a China que, se é para seguir algum exemplo, o exemplo que América Latina deve seguir é o da China. Certamente o que ele quis dizer com isso é que há caminhos próprios que podem ser construídos. É que um país pode e deve se inserir na globalização com projeto próprio, aproveitando a globalização para se desenvolver.

A realidade é que a China alimenta quase dois bilhões de habitantes e é o país que maiores índices de desenvolvimento tem apresentado. Isso em períodos em que a economia mundial andou beirando a estagnação.

Segundo a Agência Nova China, o crescimento do país neste ano deve repetir a taxa histórica dos últimos anos, entre 7% e 8%. Para ao setor industrial o crescimento previsto é em torno de 16%. Trata-se de taxas bem acima da média em torno de 3% calculada pelo Banco Mundial para a economia mundial como um todo.

É interessante que isso ocorre em um período em que a China foi assolada pela epidemia da pneumonia asiática.

É impressionante ver como todo mundo hoje está de olho na China. Todas as grandes corporações nacionais e transnacionais já estão lá, com investimentos produtivos: Lucent, Alcatel, Philips, Fuji, Kodak, IBM, para citar só algumas, estão investindo bilhões de dólares na China. O Japão não esconde o sonho de fazer da China sua fábrica para o mundo.

Entre 1999 e 2001 houve um incremento no comércio do Brasil com a China da ordem de 44,9%. Em 2001 o Brasil exportou US\$ 1,9 bilhões para a China e no ano seguinte, US\$ 2,5 bilhões, quase um bilhão de dólares de crescimento.

Estamos exportando basicamente produtos primários para a China que, no entanto, tem grande potencial para compra de manufaturados. Por exemplo, está comprando nos Estados Unidos e na Europa suco cítrico fabricado no Brasil.

Do círculo vicioso para um círculo virtuoso

A grande expectativa nacional é o início do espetáculo do crescimento. A perplexidade é que não tendo começado em 2003 tampouco acontecerá em 2004, nem em 2005, nem nunca, a não ser que se mudem as regras do jogo, . E tudo indica que não há intenção de que as coisas mudem. Assim sendo, o máximo que poderá ocorrer é um crescimento insuficiente e distorcido beneficiando poucos setores já abastados. Não o desenvolvimento desejado: integral, auto-sustentado, de pleno emprego.

A preparação dos cenários para o espetáculo já deveria estar ocorrendo. Não é preciso romper com o FMI ou dar calote na banca internacional. O realmente necessário é um projeto nacional de desenvolvimento que nos livre da ditadura do capital volátil.

Todo credor sabe que não pode cortar as mãos do artesão se pretende que ele pague sua dívida. Essa regra não está valendo entre nós. O que interessa aos nossos credores é que tenhamos renda suficiente para continuar garantindo suas ganâncias. Nossos economistas e planejadores parecem que se especializaram precisamente nisso. Portanto, como parece que não há uma mudança de mentalidade, nada de novo acontecerá.

Com a carga tributária em nível recorde e os juros pornográficos que os bancos cobram para desconto de duplicada e empréstimos não há como esperar que o setor industrial volte a ser o que era nos anos 1980. Enquanto os bancos têm lucros anuais acima de 400% as pequenas e médias empresas estão fechando as portas.

O empresário descapitalizado e parque industrial trabalhando com capacidade ociosa, desemprego crescente, população depauperada, salários aviltados, tudo isso conforma um círculo vicioso que leva à deterioração do tecido social. Vivemos em clima de guerra civil com mais de 50 mil mortes por violência ao ano.

É preciso criar o círculo virtuoso do investimento produtivo, gerador de emprego e riqueza. Um crescimento a taxas médias de 10% ao ano, em cinco anos elevaria o PIB em 60%, colocando-o cerca de R\$ 2,2 trilhões. Essa diferença de mais de R\$ 800 bilhões, equivalentes a mais de 300 bilhões de dólares, é mais do que suficiente para garantir a dívida externa que está em torno de US\$ 200 bilhões. Em dez anos, o PIB cresceria mais que o dobro, superando 3 trilhões de reais, tornando comparativamente irrisório o valor atual da dívida.

Mas, não é para pagar a dívida que devemos crescer. Dívida, desde os tempos bíblicos, existe para ser negociada. Devemos crescer para oferecer vida digna ao povo brasileiro. E se tivermos um projeto vigoroso de desenvolvimento poderemos até fazer mais dívidas para acelerar ainda mais esse desenvolvimento. O que conta é o poder de negociação. É ter riqueza e poder para impor à banca os critérios para o uso da poupança.

Como crescer a taxas anuais superiores a 6% que é o mínimo que o Brasil precisa para gerar em torno de um milhão de novos empregos por ano? Isso só é possível com o controle do sistema financeiro e das perdas internacionais. Não é preciso expropriar os bancos. Basta impor taxas de juros compatíveis com as que eles cobram nos Estados Unidos, por exemplo, e colocar os spreads em níveis civilizados.

Privilegiar o investimento na infra-estrutura, por exemplo, foi uma das bandeiras da campanha do Lula. É correta a intenção. A indústria da construção, por exemplo, é a que emprega maior número de mão-de-obra direta e indireta e é a mais dinâmica porque para movimentar-se utiliza todos os demais setores produtivos do país.

O Secovi tem estudos que comprovam que com investimento de 5% do PIB, algo em torno de 70 bi, poderiam ser construídas 5 milhões de casas populares, pelo menos. Ainda segundo esses estudos, cada milhão dessas casas de 40 metros quadrados que se construísse estaria gerando 80 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos. 5% do PIB é o que o Tesouro está guardando para garantir o superavit primário que nem é mais exigido pelo FMI.

Os Estados Unidos conseguiram levantar a economia arrasada pela guerra civil de 1888 privilegiando a indústria da construção. A mesma estratégia serviu para ressuscitar a Europa destruída pela II Guerra Mundial. Temos um déficit de mais de 10 milhões de unidades habitacionais, nossas estradas estão imprestáveis e insuficientes, precisamos de hidrelétricas, de portos e aeroportos. O setor da construção não precisa pagar royalties pois dispomos de tecnologia de primeira linha. Além disso, só consome matéria prima e manufaturados nacionais. Os recursos para impulsionar esse desenvolvimento podem vir da agricultura em expansão e através do estímulo à poupança interna e até com recursos externos. O que falta é vontade política para assumir o desafio.

Nova Sociedade
NS
Comunicação

www.novasociedade.com.br

Dezesseis anos prestando serviços
de planejamento, criação e
elaboração de produtos de
comunicação social

Nos últimos seis anos nos
especializamos em realizar
projetos de pesquisa
documental e iconográfica
para resgate de
acervos históricos.

Equipe de profissionais
multidisciplinar e multimídia
capacitada a encontrar soluções
para problemas de comunicação
em empresas privadas, ONGs e
organismos governamentais.

Consulte nossas áreas de
maior demanda:

- Pesquisa histórica e
sistematização
- Planejamento
Estratégico Participativo
- Geração de trabalho:
transformando
habilidades em renda
- Reciclando e
desenvolvendo
competências sociais
- Elaboração de Projetos
para captação de
recursos

Nova Sociedade Comunicação Ltda

Rua Fábria, 27 - Lapa

05051-030 - São Paulo - SP

Tels. (5511) 38653292 - 38726626 Fax 38732804

novasociedade@novasociedade.com.br

Em todas as livrarias



No olho do furacão – América Latina nos anos 60/70 – editado por Cortez Editora ou, En el ojo de la tormenta - América Latina en los años 60/70, editado por Plaza y Valdés (México) - contém relatos objetivos, mas não desprovidos de emoção e de reflexões, dos fatos mais significativos vividos ou presenciados por Paulo Cannabrava Filho na América Latina e alguns países de outros continentes, nos anos de 1960 até 1979 e um pouco dos primeiros anos da década de 1980. Trabalhando como jornalista, em redações e como correspondente, ou atuando politicamente ao lado de líderes e dentro de processos revolucionários, na América Latina – e aqui, obviamente, se inclui o Brasil – Cannabrava procura colocar os fatos dentro do contexto histórico, geográfico e sócio-político de cada país, o que faz do livro uma obra indispensável para quem deseja compreender um dos períodos mais criativos de nossa América Latina. O livro retrata, como diz o autor “mais de uma década em que nossa América Latina esteve em chamas: a chama da criatividade e o fogo dos fuzis iluminando processos revolucionários que perseguiram a construção de um homem novo num mundo livre e solidário. Tempo em que as utopias deixavam o plano da entelúquia para materializar-se em transformações da realidade”.

Esta obra estará disponível nas versões em português e espanhol:

CORTEZ EDITORA
Comprometida com a educação

Rua Bartira, 317 - Perdizes
05009-000 - São Paulo - SP
Tel (11) 38640111 - Fax 38644290
cortez@cortezeditora.com.br